

revista de comunicação,
jornalismo e espaço público

7

Periodicidade
Semestral

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

mediapolis

tema

media, comunicação e género
media, communication and gender



Dayane Nascimento
Sobreira

UFBA

dayanesobreira26@gmail.com

ORCID: 0000-0002-5351-692X

Das muitas margaridas: *A construção de um feminismo rural no estado* *da Paraíba, Brasil*

From the many daisies: developing a rural feminism
in the state of Paraíba, Brazil

https://doi.org/10.14195/2183-6019_7_3

Resumo

Esse artigo resulta de pesquisas sobre a história do movimento feminista na Paraíba e militância no movimento de mulheres do mesmo estado. Partimos da premissa de que as mulheres têm feito uma verdadeira revolução nos campos, nos núcleos familiares e na própria organização do feminismo enquanto movimento. A metodologia utilizada foi do tipo qualitativa com contributos bibliográficos e de campo e as categorias empíricas foram elencadas a partir de duas fontes: entrevistas e observações *in loco*. A sistematização das entrevistas está pautada no método da história oral, enquanto técnica e aporte da Nova História Cultural, com análise descritiva dos dados. Discutimos como se constituiu o movimento recente de mulheres do Polo da Borborema, afirmando que existe um feminismo rural no estado que tem raízes históricas em movimentos sociais de base e no sindicalismo camponês, latentes nas últimas décadas do século XX.

Palavras-chave: história do movimento feminista; Brasil; feminismo na Paraíba; mulheres; agroecologia.

Abstract

This article is based on research on the history of the feminist movement in the state of Paraíba and the militancy that occurred during it. The article starts off stating that women have truly revolutionized work in the fields, our understanding of family and the organization of feminism as a movement. Qualitative research was done to gather material for this article, along with conducting interviews and on-site observations. The interviews were conducted using the oral history methodology and the material was later carefully analyzed, with input from the New Cultural History. The article discusses how the recent Polo da Borborema women's movement is related to the existence of rural feminism in the state and its history of social movements and peasant syndicalism, latent during the last decades of the 20th century.

Keywords: history of the feminist movement; Brazil; feminism in Paraíba; women; agroecology.

Introdução

Falar de movimento feminista é remeter a traços históricos longínquos que nos levam aos caminhos das sufragistas, das feministas históricas da segunda onda, à institucionalização do movimento em ONGs e ao *ciberativismo* atual. Como movimento, sempre esteve ligado à pauta da transformação social. No Brasil, segundo coloca Ávila (2001), esteve envolto ao processo de redemocratização. Este que “alia a busca da utopia a uma ação voltada para o presente” (Ávila, 2001, p. 51).

Esse feminismo, que é marcado por fases ou ondas, consolidou-se no Brasil principalmente após as décadas de 70 e 80 do século XX. Foi a chamada segunda onda, que apresentou reivindicações para além das relativas aos direitos políticos, econômicos e educacionais (Pedro, 2013) exigidas pelas feministas anteriores. Disso, contudo, o Brasil guardou especificidades provenientes do momento histórico e da conjuntura de ditadura instaurada. A resistência instituída foi também feminina.

A resistência de esquerda à ditadura civil-militar brasileira contou

com a participação de mulheres, que participaram de grupos revolucionários, que foram à luta armada e perceberam um machismo arraigado socialmente e também nessas diferentes instâncias de combate à repressão. Vindas de um contexto de fértil visibilidade no mercado de trabalho e no próprio movimento de mulheres nascente, lutaram por liberdades políticas e pelo fim da ditadura.

Conforme nos falam Teles e Leite (2013), a esquerda esperava das mulheres um comportamento masculino, do ideal guerrilheiro masculino que elas tentaram corresponder. Muitas foram também as lutas por anistia política, lideradas por Terezinha Zerbini e que refletiu na criação dos primeiros grupos feministas do país.

Nesse período também, muitas mulheres foram exiladas em países como Chile, França, onde tiveram influências dos movimentos de mulheres desses lugares. Foi grande o fluxo de mulheres que vindas da França influenciaram a criação de grupos feministas e dos chamados grupos de reflexão, espaços de troca de experiências, fraternidade e diálogo.

Como prefacia a historiadora Margaret Rago:

O feminismo que renascia em meados da década de 1970, apontava para outros modos de ação política; questionava a pesada cultura patriarcal; indignava-se com o machismo e a burocracia dos partidos, mesmo os de esquerda, ao mesmo tempo em que mostrava às mulheres, em geral, que podiam ser outras, escapando a um destino monótono de confinamento na esfera da vida privada. O casamento heterossexual deixava progressivamente de ser o único caminho possível para o “sexo” então considerado “frágil”; o desejo abria outras formas de expressão (Rago, 2013, p. 12).

Esse feminismo também influenciou a criação de jornais como o *Brasil Mulher* (1975), *Nós Mulheres* (1976) e *Mulherio* (1981), constituindo uma imprensa alternativa feminista. Com poucos recursos, eram muitas as estratégias de circulação desses tabloides. Encontramos registros da circulação de alguns destes na cidade de João

Pessoa-PB. Assim, “as guerrilheiras se transformaram em feministas que faziam jornais, o que deu grande impulso às mobilizações e organizações de mulheres” (Teles & Leite, 2013, p. 67).

Cynthia Sarti (1998) elenca que o feminismo brasileiro nasceu como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar, se expandiu dentro de um panorama de manifestações diversificadas, mas sem perder sua particularidade. Entre as décadas de 1970 e 1980, as mulheres se articularam a outras “minorias”, fazendo emergir várias associações feministas no país. Como diz Rago (2013), esses grupos mesclavam a participação de ex-militantes e as novas gerações que despertaram para as questões do corpo e da sexualidade. Questões próprias da instância privada vieram a público, implicando na emergência de uma cultura de valorização do feminino e de seus atributos. As lutas contra a opressão às mulheres mesclavam-se, porquanto, às lutas pela redemocratização (Costa, 2008).

Dessas reverberações, o feminismo encontrou-se com o movimento de mulheres, adentrando diferentes

instituições e setores da sociedade civil. Vale ressaltar que o movimento de mulheres não tinha as questões feministas (como a defesa do aborto) enquanto bandeira de luta. Lutava-se por melhorias das condições materiais: por creches, por transporte, por habitação. Em vista disso, no campo, as mulheres tentavam adentrar espaços como os sindicatos, galgando espaços organizados e pautando suas questões ligadas ao mundo do trabalho.

Na Paraíba, o primeiro grupo criado foi o Centro da Mulher de João Pessoa, depois Grupo Maria Mulher, fundado em 1979. Também o Grupo de Mulheres de Campina Grande, o Grupo Raízes e o Grupo Sertão Mulher. Esses, constituídos por mulheres em sua maioria escolarizadas e aglutinadas em torno da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Regional do Nordeste que desenvolveram conexão e assessoria com as mulheres trabalhadoras rurais principalmente do Brejo e das periferias das cidades de João Pessoa, Campina Grande e Cajazeiras.

A organização de mulheres na Paraíba

Falar da organização das mulheres rurais na Paraíba remete-nos diretamente ao movimento de mulheres mais amplo e também ao movimento feminista. Como a professora Ana Paula Romão: “Entendo que toda a organização de mulheres camponesas na Paraíba, em sua pluralidade de experiências políticas, perpassou as mais variadas organizações camponesas (...): Ligas Camponesas, sindicatos rurais, comissões de centrais sindicais e partidárias, entre outras” (Ferreira, 2010, p. 76). Mas ainda em questão suscitada pela mesma autora: Até que ponto as mulheres camponesas são reconhecidas como contribuintes do movimento mais geral de mulheres?

É sabido que a década de 1980 configurou-se como um caldo contra hegemônico, palco dos mais diversos movimentos sociais. A Paraíba, por exemplo, foi palco de lutas no campo que já vinham das décadas anteriores e de resistências de mulheres que já se inseriam nos espaços sindicais e fundavam grupos como foram os grupos feministas. Há de se pensar, contudo,

que esses espaços de luta se construíram em íntima conexão.

O feminismo nascente se configurou como referência dos movimentos sociais de mulheres (Ferreira, 2010). Grupos feministas como o Grupo de Mulheres de Campina Grande, Grupo Raízes e Grupo Maria Mulher realizavam assessoria direta com mulheres trabalhadoras rurais da região do Brejo. Posteriormente, a Cunhã Coletivo Feminista surgida em 1990 como reverberação dos grupos anteriores, ajudou a reestruturar o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo após o acidente que vitimou a sindicalista Penha Nascimento e a socióloga Beth Lobo. Também foi importante a atuação do Centro da Mulher 8 de março, ONG surgida no mesmo ano.

Historicamente, desenvolveram-se poucos olhares para a compreensão da luta pela libertação das mulheres e o mesmo se desembocava, como vimos, nos chamados grupos de esquerda e suas ramificações, como eram o caso de sindicatos e partidos. Na Paraíba (e esse não é um episódio exclusivo nosso), o feminismo foi responsável por abrir muitas discussões de gênero dentro dos movimentos, partidos

e da própria Central Única dos Trabalhadores (CUT). Pela assessoria dos grupos feministas, realização de oficinas, reuniões e participação em marcha e passeatas, estabeleceu-se um diálogo importante entre tais espaços, reverberando em uma atuação comum em prol da luta de mulheres no estado. Perspectiva que é corroborada por Ferreira:

Foi com o movimento feminista que as camponesas buscaram e buscaram entender a sua realidade de opressões, já percebida no âmbito do trabalho e na esfera da vida privada. Tiveram cursos de formação feminista em suas organizações internas e contatos diretos com várias feministas, desde as primeiras organizações das mulheres camponesas, ainda na década de 1970 (Ferreira, 2006, p. 50).

Assim, sob um viés pró-feminista, as organizações de mulheres da Paraíba deixavam-se influenciar pelas feministas e as feministas tinham nas mulheres camponesas uma importante via de trabalho e discussões sobre

relações de trabalho, violência contra a mulher, direitos previdenciários e trabalhistas dentre outras frentes de ação e reflexão.

Estudos de Paola Cappellin Giuliani (1989), socióloga e pioneira do Grupo de Mulheres de Campina Grande, nos mostram que na década de 1980 era significativo o número de mulheres filiadas aos sindicatos e pertencentes às equipes diretivas, porém, destas, poucas chegavam a assumir cargos de chefia ou presidência. O espaço de luta terminava sendo um apêndice das relações domésticas em que a estrutura do machismo estava presente. Aos poucos, figuras como Margarida Maria Alves (sindicalista assassinada em 1983 e cuja luta deu inspiração ao atual movimento da Marcha das Margaridas) tomavam ampla projeção e causavam rebuliços nas estruturas postas, conforme citado. Assim, o feminismo começava a atravessar a vida e a prática dessas mulheres e influenciava a criação de setoriais como a própria setorial de mulheres do Partido dos Trabalhadores e da CUT.

Na década de 2000, como reverberação do trabalho de grupos

feministas, pulverização de ONGs e atuações do movimento de mulheres, foi criada a Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba, com o fito de agregar propostas e trabalhos com mulheres em sua diversidade de origem e atuação. Emergiram ONGs feministas como a Cunchã Coletivo Feminista, Centro da Mulher 8 de Março, Bamidelê, Maria Quitéria e organizações movimentistas como a Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba. Também não foram poucos os grupos surgidos e a consolidação de outras formas de organização já presentes ao longo da trajetória de lutas das mulheres no estado. No interior, próximo à Campina Grande, o sindicalismo do Polo da Borborema viria consolidar uma atuação direta de homens e mulheres em prol da agroecologia e de mudanças nas diferenças de gênero na região.

Pela marcha das mulheres e pela agroecologia

Embora as décadas de 60 e 70 tivessem favorecido a luta sindical e a reivindicação dos direitos do povo do campo, as décadas de 80 e 90 do

século passado assistiram um esvaziamento em sua base associativa e perda de credibilidade de seus dirigentes. Afirmativa que não tem a intenção de ser generalizante, mas que se refere ao que ocorreu no interior da Paraíba, mais especificamente na região da Borborema. Em um caminho histórico, os sindicatos da região deixaram de ser apenas um balcão previdenciário e um consultório médico-odontológico e passaram a ser divulgadores e estimuladores do trabalho voltado àquele região (Freire *et al.*, 2010; Bastos, 2010).

O território da Borborema abrange uma área 3.341,7 km², constituído por 21 municípios: Alagoa Nova, Algodão de Jandaíra, Arara, Areia, Areial, Borborema, Campina Grande, Casserengue, Esperança, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Pilões, Puxinanã, Queimadas, Remígio, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serra Redonda, Serraria e Solânea. A região, que engloba as microrregiões do Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Brejo Paraibano e Campina Grande, é palco de lutas do Polo da Borborema, rede composta pelos sindicatos rurais da região e

associações de base agroecológica no território, que retoma e atualiza uma tradição de resistências sociais que se estruturaram como respostas ativas a conjunturas adversas à agricultura camponesa (Freire *et al.*, 2010). Pode ser entendido como representante do chamado Novo Sindicalismo na região, que tem raízes nas comunidades eclesiais de base e em um olhar mais estrutural para as lutas sociais.

Uma ação articulada permitiu a emergência do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, que aos poucos passou a se consolidar não só como um ator demandador de políticas públicas específicas, mas também como espaço político-organizativo unificado pró-agricultura familiar na região (Freire *et al.*, 2010). O Polo realiza seus trabalhos a partir de comissões temáticas, dentro das quais se destaca o trabalho com mulheres.

Assim, a região da Borborema, na Paraíba, vem assistindo uma verdadeira revolução nas maneiras de produzir, de lidar com a terra, de manejar criações, de reivindicar políticas públicas e lutar por igualdade. Revoluções microestruturais que começaram na

década de 1990 com a criação do Polo da Borborema e início de um processo sistemático de experimentações e inovações pelas famílias agricultoras. Em 2002, porquanto, a partir da realização de um diagnóstico da organização com mulheres agricultoras, se observou:

Em especial, a casa e o espaço do entorno (nomeado de arredor de casa) como as principais áreas de atuação e expressão de sua capacidade produtiva. Foram então identificadas as partes constituintes e as múltiplas funções do arredor de casa para o funcionamento produtivo e de cuidado da casa e da família. Também foram levantados os principais desafios para seu aprimoramento técnico e visibilidade social. Refletiram também sobre possíveis formas de superarem coletivamente os problemas por elas identificados (Freire, 2015, p. 06).

Desse diagnóstico e do surgimento de novas demandas, o Polo começou a constituir a Comissão de Saúde e Alimentação, que segundo Freire, a partir

de então passou a funcionar como espaço de planejamento, execução e monitoramento das ações das experimentações e formações das agricultoras. Para Serrano (2014), a comissão de saúde e alimentação foi o espaço onde começaram a despontar reflexões sobre o trabalho das mulheres e as desigualdades de gênero que as atingem em sociedade, dentro inclusive dos próprios movimentos sociais. Valorizando a importância das mulheres para a manutenção da própria agricultura familiar, investiu-se na realização de encontros de intercâmbio, visando acima de tudo integrar essas mulheres sob a percepção de existirem entre elas problemas comuns a serem enfrentados. Sem a igualdade entre os gêneros, não haveria agroecologia, portanto.

Nesse contexto de afirmação das mulheres camponesas como sujeitos políticos, foi construída em 2010 a primeira Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, “ação direta dessas mulheres que vão às ruas mostrar seu trabalho no campo e pedir o fim das violências que sofrem todos os dias” (Serrano, 2014, p. 67).

A partir da máxima de que sem feminismo não há agroecologia, as mulheres vêm transformando os campos, os modos de produzir, se relacionar com a Natureza e as relações de gênero instauradas. Mas o que seria a agroecologia? A agroecologia é um movimento relativamente novo no Brasil que tem como pauta a sustentabilidade e segundo Siliprandi (2015), é encabeçado principalmente por mulheres envolvidas com as propostas que tratam da saúde e alimentação das famílias. Embora isso não seja reconhecido, as mulheres vêm transformando suas vidas e seus mundos. A autora comenta que quando os empreendimentos começam a dar frutos, o comando dessas atividades logo voltam para as mãos dos homens. Isso se daria pelo modo como se organizam as relações familiares e de produção.

A relação entre movimentos de mulheres e movimentos ecológicos já se dão desde os diálogos contraculturais nos Estados Unidos e Europa, na segunda metade do século XX (Castells, 1999). Questionava-se um modelo civilizatório, que já dava provas de sua falência. Esses movimentos

eles próprios, heterogêneos nas formas de pensar e de buscar as saídas para o novo século, criaram ramificações como foi o ecofeminismo, que para o autor, é a defesa do princípio absoluto da Natureza como fundamento da libertação tanto do patriarcado como do industrialismo. O ecofeminismo reivindica, porquanto, que valores éticos como a empatia sejam válidos para toda a humanidade, não somente para as mulheres.

É fato que as desigualdades das relações de gênero desembocam em discrepâncias de oportunidades e desvalorização do trabalho das mulheres. No caso da agricultura, as mulheres, responsáveis por boa parte do processo produtivo, têm seu trabalho entendido apenas como ajuda. Paulilo (1987) comenta que seria esse o peso do trabalho leve. Para quem, o que determina o valor da diária de trabalho é o sexo de quem a recebe. Em tom conclusivo: “o trabalho é ‘leve’ (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar” (Paulilo, 1987, p. 07).

Posição que é corroborada por Araújo (2008), ao estudar o trabalho

de mulheres em assentamentos rurais de Baraúna, no Rio Grande do Norte. Para a autora, o trabalho no roçado é desvalorizado por ser uma extensão do trabalho doméstico, do lar, reservando a condição de ajudantes para mãe e filhos/as. Diz:

O roçado é percebido como a área de trabalho em que são realizadas as tarefas que exigem mais força física. Portanto, é o espaço do homem. O espaço da casa, que se prolonga para os quintais e muitas vezes se confunde com o roçado, é da mulher, não considerado área de trabalho, em que são desenvolvidas atividades percebidas como mais leves e necessárias à reprodução da família (Araújo, 2008, p. 66).

Como Siliprandi (2015), pensamos que a participação feminina nos processos de construção de um projeto agroecológico desestabiliza a ordem patriarcal, abrindo espaço para a mudança dos padrões de gênero, criando brechas. Mudanças já vêm sendo sentidas e espaços abertos, o que resulta em mais empoderamento econômico

para as mulheres, mais participação pública e poder de decisão.

Margaridas em marcha

A partir da necessidade de reconhecimento do protagonismo feminino no campo, da luta em prol de um projeto de agroecologia e da igualdade entre homens e mulheres, é que as mulheres do Polo da Borborema marcham desde o ano de 2010, edição ocorrida no município de Remígio-PB. Sempre realizada no dia 08 de março, congrega mulheres dos diferentes municípios que integram o Polo da Borborema e que lutam dentre outras pautas:

- Em defesa da agroecologia como modelo de desenvolvimento rural;
- Pelo reconhecimento e afirmação do papel das mulheres na construção da segurança e da soberania alimentar;
- Pela defesa das sementes crioulas e adaptadas à realidade local e ao papel das agricultoras como guardiãs da biodiversidade;

- Pela democratização do acesso à água de qualidade para beber, cozinhar e produzir¹.

Cada Marcha é um verdadeiro acontecimento já esperado pelas mulheres agricultoras que pouco saem de casa ou dispõem de poucas opções de lazer, muitas vezes pelas insuficientes condições econômicas ou pelo machismo arraigado nas relações familiares. A Marcha é um espaço político e também um ponto de encontro, de passeio, de diversão e criação de uma identidade coletiva entre as mulheres. Momento inclusive emotivo, do qual participei e estive próxima nos últimos anos. Todas de lilás, algumas com margaridas na mão em alusão à sindicalista Margarida Maria Alves, segurando cartazes e faixas, gritando palavras de ordem ou canções, as mulheres em marcha apresentam coragem para enfrentar as mais diferentes intempéries da vida. Vemos então a constituição de uma

verdadeira estética do movimento refletida em cada rosto, em cada adereço e em cada cartaz.

Maria das Graças dos Santos, agricultora do Sítio Manguape, município de São Sebastião de Lagoa de Roça, assim fala sobre a importância da Marcha em sua trajetória e para a vida das mulheres:

A gente tem que continuar na luta para pelo menos diminuir, por exemplo, a violência contra a mulher. E também essa mania das pessoas usarem veneno, eu mesma sou das que mais luta contra esse uso, não uso veneno em nada e também o reflorestamento, desmatamento, é uma luta muito grande das mulheres. A gente vai lá, mas não é para passear não, para bater perna, mas a gente vai para lá para lutar não é só por mim é por você também e para quem vem depois da gente para que as coisas melhorem, porque tem sido muito difícil (Santos, 2017)².

Vemos um sentimento de pertencimento e de vontade de transformação presente no relato acima. Graça me recebeu em seu sítio em uma tarde de sexta-feira e me falou sobre sua trajetória, das dificuldades, da ida para o Sudeste em busca de melhores condições de vida, da sua atuação como presidente da associação comunitária da localidade, da dificuldade em criar os filhos em uma sociedade que discrimina a mulher solteira, pobre e negra. Contou-me sobre sua produção, sobre sua participação na feira agroecológica local e da importância da agroecologia para sua vida e a vida dos seus. A Marcha não é um acontecimento restrito ao dia de sua realização como nos fala Freire:

Cada edição da Marcha é precedida por um intenso processo de sensibilização e formação das mulheres, mas também dos homens do movimento e da equipe de assessoria. São realizados encontros de mulheres nos 14 municípios que fazem parte do Polo da Borborema e, a cada ano, é trabalhada uma metodologia voltada a desnaturalizar as amarras culturais

1 *Vídeo-sistematização da VII Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wD7IKMmMuHI>>. Acedido a 19 de agosto de 2017.

2 Entrevista concedida à autora por Maria das Graças dos Santos, a 25 de agosto de 2017 (49 min).

que determinam as desigualdades sociais entre os sexos. Há ainda o estímulo para que novos encontros e conversas aconteçam em seus grupos de fundos rotativos, beneficiamento, associação comunitária o mesmo entre vizinhas (...). Esse momento preparatório também é repetido nos demais espaços organizativos do Polo, reunindo um público misto das equipes técnicas do Polo da Borborema e da AS-PTA. Nessas ocasiões, há fortes testemunhos ora carregados de dor, ora de alegria pela superação da violência. Dessa forma, a superação das desigualdades e da violência não é mais vista como uma questão só das mulheres, tornou-se uma questão de justiça social, uma ação política dos sindicatos (Freire, 2015, p. 12).

Rosileide Ferreira Gomes, tesoureira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa de Roça, compõe a comissão de saúde e alimentação do Polo. Leidinha do Sindicato, como é mais conhecida, é sindicalista desde 1986, já ocupou a presidência do mesmo STR e foi candidata à vereadora

no último pleito municipal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Organiza as mulheres do município, agendando encontros e reuniões e incentivando a participação coletiva das mesmas. Sobre a Marcha, sistematiza:

A Marcha é um momento de denunciar mesmo as violências que as mulheres estão sofrendo (...), de incentivar as pessoas a plantarem produtos agroecológicos e o nosso tema da Marcha é o grito que nós damos todos os anos que é pela vida das mulheres e pela agroecologia. (...). Hoje com a Marcha, as mulheres estão se libertando, ocupando o mercado, a política, tirando seu próprio sustento, que estão nas feiras das mulheres. Eu acho que hoje temos mulheres que realmente estão dando a volta por cima e ocupando seu lugar que é seu por direito (Gomes, 2017)³.

Há referências dentro das atividades das marchas à Marcha das

³ Entrevista concedida à autora por Rosileide Ferreira Gomes da Silva, a 26 de agosto de 2017 (1 h e 07 min).

Margaridas ocorrida desde o ano de 2000, em Brasília-DF⁴. Podemos afirmar que a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia está para o local como a Marcha das Margaridas está para o nacional. Sendo a maior manifestação de mulheres da América Latina, a Marcha levanta bandeiras como a do desenvolvimento sustentável, do feminismo e da igualdade de direitos. As três mulheres entrevistadas na pesquisa que resultou neste trabalho⁵, já participaram de

⁴ A Marcha das Margaridas, “ação estratégica das mulheres do campo, das florestas e das águas que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas do Brasil” (CONTAG, 2015, p. 2), pleiteia políticas públicas específicas para as mulheres rurais e congrega ações e pautas do feminismo, reunindo a cada dois anos milhares de mulheres em Brasília-DF. Tem sua inspiração na sindicalista Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 na Paraíba. Coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Marcha representa a reunião de forças de mulheres camponesas em torno da construção de um sujeito político que segundo Aguiar (2015), gira em torno das expressões de gênero, classe e território.

⁵ Fruto de meu trabalho de conclusão do curso de Especialização em Educação do Campo, cujos resultados ora se apresentam. Nele, realizei entrevistas com três participantes das atividades da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, traçando suas

edições da marcha. Célia Souza de Assis (Dona Célia), por exemplo, nos conta com satisfação sobre sua participação no movimento:

Foi uma coisa muito boa. Eu já viajei muito daqui para o Rio, mas que nem a Marcha das Margaridas tá na história! (...) Todo mundo junto, fizemos uma marcha lá de onde a gente estava no Estádio Manoel Garrincha até lá. (...) Foi a primeira vez que participei e gostei muito porque eu acho que se a gente não fizer esses movimentos, cada vez mais só faz piorar. Porque acontece muitas coisas, mas se a gente faz os movimentos para as mulheres saírem da caçapa que nem as borboletas que fazem o casulo, muitas ficam ali dentro e eu acho que é isso é importante... Acordar um pouco. (...) É muito importante para todas nós abrir os olhos, ver as coisas diferentes porque tem muita violência e muitas mulheres apanham muito

e ficam caladas. Eu acho isso uma injustiça, a mulher apanhar por nada, o marido botar um cabresto na mulher e ela baixar a cabeça, ficar ali calada. A mulher não é boi para ficar na corda presa, ela tem o direito de ir e vir (Dona Célia, 2017)⁶.

Da fala de Dona Célia, vemos a associação do empoderar-se com elementos da Natureza: a metamorfose da borboleta, o ato de sair do casulo e do gado limitado, preso à corda. Daí antevemos a significação do movimento de mulheres para ela: um exercício libertador. A mesma nos conta do machismo presente na sua criação, rememora: “meu pai não deixava ir para lugar nenhum” (Dona Célia, 2017)⁷.

O ato de lembrar é entendido nesse trabalho como um exercício de lapidação, como coloca Ecléa Bosi (1994). Para quem, “uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser

lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, ela seria uma imagem fugidia” (Bosi, 1994, p. 21). Logo, a categoria da memória é cara a nosso fiar. Narrando a si, Dona Célia constitui sua identidade, fazendo um balanço das mudanças a que passou durante sua vida, que se faz no presente.

Como Serrano (2014), afirmamos que a Marcha reflete uma experiência histórica de luta de mulheres no estado da Paraíba. “Trata-se do reconhecimento de si na outra e de um processo em que a partir da troca de experiências é possível tirar as relações de opressão da normalidade, além de encontrar estímulo para se libertar delas” (Serrano, 2014, p. 100-101). Percebemos isso na fala das nossas interlocutoras. Tais processos influenciaram inclusive em uma mudança de postura dessas mulheres com relação à vida e a elas próprias.

Principalmente a gente da zona rural a gente sabe que existe muito machismo, muito calado porque as mulheres às vezes não falam tudo, aguentam caladas, mas sabemos que existe o machismo e tanta

histórias de vida, a ligação e participação delas no movimento. Todas residem no município de São Sebastião de Lagoa de Roça, um dos municípios integrantes do Polo.

6 Entrevista concedida à autora por Célia Souza de Assis, a 5 de setembro de 2017 (36 min).

7 Entrevista concedida à autora por Célia Souza de Assis, a 5 de setembro de 2017 (36 min).

coisa. (...) Tem coisas que antigamente eu ficava calada, coisas dentro de casa, do cotidiano e hoje a gente já amadurece mais a mente e mais uma vez, o conhecimento. A gente adquire muito conhecimento, muita experiência, como a gente é contra usar o veneno, essas coisas assim, a gente já sabe que não é bom não usar se não 100% pelo menos 70% já é uma coisa boa porque hoje eu posso cultivar meus produtos consciente daquilo que eu levo para a minha mesa, do que eu levo para a mesa de alguém, eu tenho consciência porque eu garanto (Santos, 2017)⁸.

Sob o viés da transformação, a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia se constitui enquanto um processo formativo plural e político compromissado com a mudança das relações de gênero e com um projeto de agroecologia no território da Borborema.

Eu digo a você que não é uma reunião nem outra, são várias. São reuniões com as lideranças, com as mulheres nas comunidades, porque não adianta a gente chamar as mulheres para a marcha sem ela conhecer aquilo ali, porque muitas vão para passear, para conhecer o município. Tem que levar o conhecimento, perguntar o que a Marcha significa, porque as mulheres também estão em processo de construção da Marcha, os homens também e que bom que eles estão acordando (Gomes, 2017)⁹.

Coadunando com Serrano (2014), enxergamos tal processo formativo como um processo com sustentação na educação popular que visa, portanto, contribuir com a (trans)formação de homens e mulheres sob um projeto de emancipação que desemboca na realização das marchas, mas que não se restringem a ela. Assim, o Polo se configura como um território agroecológico e também feminista cujas raízes

apontam para um histórico de lutas de mulheres no estado da Paraíba.

Considerações finais

O estado da Paraíba, celeiro de microrrevoluções compromissadas com a justiça social, aponta para a efervescência histórica de mulheres no campo, luta que tem raízes no protagonismo de figuras como Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves, Penha Nascimento e outras. Essas mulheres inspiraram movimentos de mulheres camponesas, que logo encontraram as pautas do feminismo e se retroalimentaram em um exercício contínuo que vem até à contemporaneidade.

O feminismo, entendido como movimento social e postura política, é plural e se estruturou no Brasil no período pós-luta armada, na década de 1980. Importante salientar que os primeiros grupos da chamada segunda onda emergiram nas diferentes regiões de forma quase simultânea. Na Paraíba, os primeiros grupos datam de 1979 e 1982, respectivamente. Sendo eles o Grupo Maria Mulher e o Grupo de Mulheres de Campina Grande. Tais grupos trabalhavam a partir dos

⁸ Entrevista concedida à autora por Maria das Graças dos Santos, a 25 de agosto de 2017 (49 min).

⁹ Entrevista concedida à autora por Rosileide Ferreira Gomes da Silva, a 26 de agosto de 2017 (1 h e 07 min).

chamados grupos de autoconsciência e realizavam assessorias diretas nas periferias das cidades de Campina Grande e João Pessoa e aos sindicatos e movimentos de resistência no campo.

Como vimos, a partir da década de 1990, a região da Borborema foi palco de mudanças nas formas de fazer sindicalismo e de se fazer agricultura familiar. Sob assessoria da ONG AS-PTA¹⁰, formou-se uma rede de sindicatos rurais e organizações comunitárias de base agroecológica sob o nome de Polo Sindical da Borborema. Condutor de lutas na região, o Polo se organiza em torno de comissões temáticas, dentre as quais está a de saúde e alimentação da qual emana o trabalho com mulheres agricultoras. Mulheres estas que veem fazendo uma verdadeira revolução feminina na região sob a luta pela vida das mulheres e pela consolidação de um projeto de agroecologia no território. Tais mulheres

produzem e compartilham histórias a partir de seus quintais produtivos e experiências de inovação e se agregam em torno dos STRs locais, se aglutinando em torno de um movimento maior que é a Marcha das mulheres do Polo, realizada anualmente.

Mais do que uma passeata, a Marcha é um processo formativo com atividades constantes e interligadas aos trabalhos das outras comissões temáticas, como é o trabalho com a juventude. Como apontam Ferreira e Siliprandi (2015), pelo estudo realizado e pela fala das mulheres, observamos que:

Nessa convergência entre o feminismo e a Agroecologia, portanto, as mulheres encontraram espaços para a desconstrução das bases insustentáveis do modelo de poder instituído, não somente do ponto de vista ecológico e político, mas também social, incluindo a busca da equidade nas relações de gênero (Ferreira & Siliprandi, 2015, p. 59).

Assim, pelo histórico de lutas e conexões recentes do feminismo com o movimento sindical e agroecológico, afirmamos existir um feminismo que parte do campo na Paraíba. Tal assertiva coloca em xeque a própria historiografia da área de modo amplo e quase hegemônico, que reforça a existência de um movimento feminista urbano, branco e escolarizado, sendo essa ainda a memória oficial que se perpetua.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, V. V. P. (2015). *Somos Todas Margaridas: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, Brasil.
- Araújo, C. M. (2008). A invisibilidade do trabalho das mulheres na produção em assentamentos rurais de Baraúna/RN. In M. P. de Carvalho & R. P. Pinto (Orgs.) *Mulheres e*

¹⁰ Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, ONG fundada em 1989. Procura promover o desenvolvimento rural sustentado com base na agricultura familiar e na agroecologia. Ela atua orientando processos participativos de desenvolvimento local em duas microrregiões, no Nordeste e no Sul do Brasil.

- desigualdades de gênero* (pp. 63-78). São Paulo: Contexto.
- Ávila, M. B. (2001). Feminismo, cidadania e transformação social. In M. B. Ávila *Textos e Imagens do Feminismo: mulheres construindo a igualdade* (pp. 13-61). Recife: SOS Corpo.
- Bastos, V. V. de S. (2010). *Uma nova prática de ação sindical: o caso do Polo Sindical da Borborema – Paraíba*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande/PB, Brasil.
- Bosi, E. (1994). *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- CONTAG. (2015). *Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade* – Caderno de texto para estudos e debates. [s/l]. Retirado de: http://www.contag.org.br/imagens/f2308caderno-de-textos-para-estudos-e-debates---marcha-das-margaridas-2015-versaofinal_site.pdf, a 20 de dezembro de 2017.
- Castells, (1999). *O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista. O poder da identidade*, Vol. 2. Tradução de K. B. Gerhardt. (pp. 141-168). São Paulo: Paz e Terra.
- Costa, A. A. C. (2008). Feminismo e Estado no Brasil: um feliz casamento? In *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero*, Florianópolis/SC, Brasil, 8. Retirado de: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST62/Ana_Alice_Alcantara_Costa_62.pdf, a 9 de março de 2017.
- Ferreira, A. P. L. & Siliprandi, E. (2015). A importância da dimensão econômica do trabalho organizativo com mulheres rurais no Sertão do Pajeú (PE). *Agriculturas*, Rio de Janeiro, 12 (4), 55-59.
- Ferreira, A. P. R. (2006). *Margarida, margaridas: Memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas*. João Pessoa: EDUFPA.
- Ferreira, A. P. R. de S. (2010). *A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o novo e o velho sindicalismo rural*. Tese de Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.
- Freire, A. G., Silveira, L. M. & Diniz, P. C. O. (2010). Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, 7 (1), 13-19.
- Freire, A. G., Silveira, L. M. & Diniz, P. C. O. (2015). Pela vida das mulheres e pela agroecologia: Agricultoras da Borborema reescrevem suas histórias. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, 12 (4), 6-14.
- Giuliani, P. C. (1989). Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In A. O. Costa & C. Bruschini (orgs.). *Rebelião e submissão: estudos sobre a condição feminina* (pp. 255-301). São Paulo: Ed. Vertice/ Fundação Carlos Chagas.
- Leite, R. S. C & Teles, A. (2013). *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. Prefácio de Margareth Rago. São Paulo: Intermeios.
- Paulilo, M. I. (1987). O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*. 5 (28), 64-70.

- Pedro, J. M. (2013). O feminismo de “segunda onda”: corpo, prazer e trabalho. In C. B. Pinzsky & M P Joana (orgs.) *Nova História das Mulheres no Brasil* (pp. 238-301). São Paulo: Contexto.
- Rago, L. M. (2013). Prefácio. In R. S. C. Leite & A. Teles (orgs.) *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)* (pp. 11-14). São Paulo: Intermeios.
- Sarti, C. A. (1998). O início do feminismo no Brasil: o que ficou escondido. In *Anais do Congresso Internacional da LASA*, Chicago, EUA, 21. Retirado de: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>, a 27 de abril de 2016.
- Serrano, J. S. (2014). *Mulheres da Borborema construindo a agroecologia e a igualdade de gênero*. Dissertação de Mestrado em Ciências Agrárias – Agroecologia – Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias, Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras/PB, Brasil.
- Silipandri, E. (2015). *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.